

Pão e Rosas

www.nucleopaoerosas.blogspot.com



Pão e Rosas no II Encontro Nacional de Mulheres da Conlutas: Estamos com as mulheres das universidades estaduais paulistas em greve! Por centrais sindicais que façam diferença na luta de classes!

Ao longo dos anos de governo Lula vimos a atuação do feminismo governista, que depositou suas esperanças neste governo e não travou um combate intransigente pelos direitos das mulheres. A organização das mulheres anti-governistas se fez necessária e por isso estivemos no I Encontro de Mulheres da Conlutas, em 2008. Hoje, no momento em que se discute a unificação entre a Conlutas e a Intersindical, viemos ao II Encontro de Mulheres da Conlutas. Defendemos que a unificação entre a esquerda se desenvolva baseada na luta de classes. Ou seja, a unidade entre os sindicatos e as centrais deve estar submetida à tarefa de unificar, coordenar e fortalecer os processos de luta em curso. Hoje se faz necessário mobilizar todas as forças possíveis em defesa do direito de greve dos trabalhadores e trabalhadoras da USP, e em apoio ativo à greve das universidades estaduais paulistas. O Congresso da Conlutas e o CONCLAT precisam expressar essa importante mobilização e discutir as formas de cercá-la de solidariedade ativa.

Nós mulheres do Pão e Rosas viemos ao Encontro de Mulheres, ao Congresso da Conlutas e ao CONCLAT para defender a unidade das fileiras operárias. Precisamos fazer com que as mulheres acreditem em suas forças, combater todas as formas de opressão da mulher,

mas sabemos que não só o machismo e o patriarcado dividem nossa classe. Cada vez mais, é preciso romper com o corporativismo que divide a classe trabalhadora entre efetivos, temporários, terceirizados. Os sindicatos da Conlutas e da Intersindical precisam se dar a tarefa de defender e organizar a(o)s trabalhadora(e)s mais precarizada(o)s, que muitas vezes não contam com um sindicato ou são reprimidos por seus sindicatos patronais.

Apresentamos nossas contribuições ao Encontro de Mulheres da Conlutas e nossa tese ao CONCLAT com a perspectiva de contribuir para que as demandas e a organização das mulheres tornem-se parte viva e permanente da atuação dos sindicatos, oposições e movimentos da esquerda. As mulheres sempre estiveram de pé nos principais combates da história. Temos que nos fazer presentes nos futuros enfrentamentos da luta de classes e nesse momento precisamos nos preparar, avançando no debate sobre o programa e os nossos métodos de luta. Por isso, não concordamos que o debate no encontro se restrinja às propostas de consenso. É preciso um debate vivo e profundo porque grandes são os nossos desafios como mulheres classistas e socialistas!

Estamos aqui pelos direitos das mulheres!

Pelo direito ao aborto livre, legal e seguro!

Enquanto os padres e bispos pedófilos seguem impunes, as mulheres seguem condenadas à morte pela prática de aborto clandestino!

Contra toda forma de violência à mulher!

Pelos direitos das mulheres trabalhadoras! Pela efetivação de todas/os terceirizadas/os sem necessidade de concurso público!

Pelo fim da dupla jornada: por creches, lavanderias e restaurantes bancados pelo Estado.

Abaixo a violência policial contra as mulheres e a população negra e pobre!

Em defesa de nossas irmãs haitianas! Fora do Haiti as tropas brasileiras, dos EUA e da ONU!

Em defesa das mulheres palestinas! Contra o terrorismo do Estado de Israel!

Abaixo o imperialismo e sua violência contra as mulheres do Iraque e do Afeganistão!

A crise capitalista não terminou e chega ao seu segundo capítulo

Com o estouro da crise capitalista em 2008, milhões de demissões aconteceram em todo o mundo. Naquele momento, a crise se expressou com muita força nos EUA, com a quebra de grandes bancos, e também em países da Europa. A saída apresentada pelos governos dos vários países foi a transferência de dinheiro dos Estados para os bancos e empresas que estavam à beira da quebra. O que aconteceu foi que os grandes capitalistas foram salvos, enquanto milhões de trabalhadores pelo mundo amargaram a perda de seus empregos, sem falar da situação das famílias endividadas que perderam suas casas, principalmente nos EUA.

Em tempos de crise, as mulheres sofrem ainda mais cruelmente as consequências dos ataques sobre a classe trabalhadora e o povo pobre. Os serviços de saúde, educação, além da alimentação são atingidos rapidamente; e sabemos que essas são questões que sobrecarregam quase sempre sobre as mulheres. Isso sem, falar no fato de que já recebemos salários inferiores, o que se agrava ainda mais em tempos de crise.

Ao contrário de todo discurso de que a crise passou, assistimos hoje aos acontecimentos na Grécia, que demonstram como se desenvolve um segundo capítulo da crise. Com as dívidas transferidas para os Estados, agora começam os cortes de orçamentos dos mesmos. E a corda arrebenta uma vez mais do lado mais fraco. Na Grécia, o governo tenta implementar um plano para cortar e congelar salários, atacar a aposentadoria, licença-maternidade, a saúde, etc. Mas a classe trabalhadora e a juventude da Grécia estão dando uma importante demonstração de como responder a essa situação, que tende a se desenvolver em outros países. Só no último período, já aconteceram quatro greves gerais, manifestações massivas nas ruas, incluindo fortes enfrentamentos com a polícia. Toda solidariedade à luta na Grécia.

Ao mesmo tempo, queremos discutir com cada mulher que a partir dessa realidade, que mostra que a crise não terminou, precisamos nos preparar junto a nossos companheiros de classe para enfrentar a patronal e os governos. Para isso, nossa organização deve estar baseada na independência de classe e nossa atuação não pode se limitar a calendários pré-estabelecidos: é preciso atuar na realidade frente aos pequenos, mas muito importantes processos de luta que se desenvolvem. No Brasil, a crise não teve o mesmo impacto como nos EUA ou em países europeus. Mas a verdade é que nenhum país está blindado frente aos futuros desdobramentos da crise capitalista nos próximos anos.

Brasil: o lulismo e a situação das mulheres

Nesses sete anos e meio de governo Lula, muito se falou sobre os programas sociais como Bolsa Família e mais recentemente o Minha casa, minha vida. Junto com o aumento do salário mínimo e do número de postos de trabalho, essas são marcas que o governo se utiliza para afirmar que beneficiou a camada mais pobre da população. Desmascarar o que está por trás disso não é tarefa das mais fáceis, sabendo que Lula chega ao fim do seu segundo mandato com alto nível de popularidade. O discurso em geral é que não importa que o

Bolsa Família seja uma miséria, porque “já é alguma coisa para quem não tem nada”. O Minha casa, minha vida cadastrou um número muitas vezes superior ao número de famílias que vai atender, mas essa lacuna não precisa entrar na propaganda. E

As mulheres classistas devem levantar suas vozes: **Nem Dilma, nem Marina! A classe trabalhadora e as mulheres precisam de uma candidatura que seja a real expressão de seus interesses!**

Agora, em ano eleitoral, temos duas mulheres candidatas à presidência: Dilma Rousseff e Marina Silva. Marina poderia canalizar um voto de recusa à Dilma e à Serra, mas a verdade é que é uma candidata privatista, também ligada a setores da burguesia e que durante bastante tempo fez parte do governo Lula, sem se apresentar de nenhuma forma como uma alternativa aos projetos burgueses. Além disso, em relação aos direitos das mulheres e LGBT representa o reacionarismo e fundamentalismo, se posicionando contra ao direito ao aborto das mulheres e contra a união homoafetiva.

Dilma, braço direito de Lula, agora tem como principal desafio ganhar apoio entre as mulheres e a juventude, setores em que ainda está atrás nas pesquisas de opinião. Não à toa, pronunciou recentemente que “aborto é uma questão de saúde pública”. As feministas governistas já iniciam uma campanha em defesa de Dilma, mas sem explicar porque ao longo dos dois mandatos de Lula não houve um passo sequer pela efetivação do direito ao aborto. Mais que isso, foi sob o governo de Lula que quase 10 mil mulheres passaram a ser indiciadas no Mato Grosso do Sul pela prática de aborto. Se Dilma tem o governo de Lula como exemplo e foi parte fundamental desse governo, o que explica que hoje venha a público defender que as mulheres tenham acesso a esse direito?

Certamente, o discurso de que as mulheres podem governar melhor se fará presente nos próximos meses. Mas essas mulheres podem governar melhor para quem? Dilma durante todos esses anos fez parte de um governo que fez muita demagogia com a questão da mulher, ao mesmo tempo em que enviava tropas do exército para o Haiti que reprimem e estupram as nossas irmãs haitianas. Para quais mulheres Dilma pode governar? Ela também foi parte deste governo que implementou o PAC da Segurança, que destina altos valores em prol da repressão e militarização das favelas. O projeto Mães da Paz, que

faz parte desse PAC não pode esconder os corpos negros caídos do chão nas favelas do Rio de Janeiro e de outras metrópoles, em alguns casos inclusive corpos femininos, vítimas da violência da polícia e da Guarda Nacional. Dilma não pode governar pela maioria das mulheres, pelas mulheres trabalhadoras e pobres. Não será uma figura como ela que fará concretizar as nossas demandas. Somente a organização das mulheres, com independência frente, aos governos e à burguesia (nacional e internacional), e junto à classe trabalhadora pode ser um caminho para lutar contra a opressão e exploração que marca nossos dias cotidianamente.



a geração de empregos, pouco importa que tenha sido principalmente de empregos precários, temporários, sem registro, etc. Sob uma compreensão mais comum de “antes pouco do que nada”, a aprovação ao governo só cresceu. Além disso a disponibilidade de crédito e aumento do consumo, eleva a impressão positiva sobre o governo Lula.

Mas foi sob o governo de Lula que os empresários e banqueiros mais lucraram e também foram salvos com altos incentivos quando estourou a crise capitalista em 2008. Enquanto isso, centenas de milhares de cortes de emprego aconteciam. Mas primou mais uma vez a passividade, enquanto Lula anunciava nada mais que uma marolinha.

“SOU PALESTINA EM GAZA COMBATENDO SIONISTA”

Mara Onijá, dirigente da LER-QI e militante do Pão e Rosas

No dia 31 de maio, o Estado de Israel bombardeou uma frota nove barcos que levavam ajuda aos palestinos. Composta por mais de 700 ativistas e personalidades públicas que defendem o povo palestino contra a opressão sangrenta do Estado sionista, a frota levava remédios, alimentos e outros objetos com o objetivo de auxiliar o povo palestino, que sofre com a miséria agravada pelo bloqueio imposto por Israel. Cerca de 20 pessoas morreram, além dos muitos feridos, mostrando uma vez mais que o Estado sionista só pode gerar destruição, enquanto o imperialismo hipocritamente “lamenta as mortes”. Estamos com as mulheres e o povo da Palestina! Abaixo o muro do Apartheid! Abaixo o terrorismo do Estado de Israel!



VIDA LONGA E IMPUNIDADE AOS PEDÓFILOS E ABUSADORES... MORTE, PERSEGUIÇÃO E RETIRADA DE DIREITOS ÀS MULHERES

Clarissa Menezes, mestranda na UFRJ, militante do Pão e Rosas e da LER-QI



Milhares de denúncias por abuso sexual expõem a hierarquia da Igreja Católica. O papa Bento XVI e o Vaticano demonstram preocupação. E não é para menos. Já são milhões que condenam o cinismo do Vaticano e várias outras pessoas se distanciam diariamente da “casa de deus” porque mais de 20 mil pedófilos continuam vestindo suas batinas, dando missas e recebendo confissões, enquanto abrigam milhares de meninos e meninas em colégios religiosos, fundações, paróquias. Todos eles, protegidos pelo Direito Canônico e a “justiça divina”, legislação interna que rege a conduta da cúria e a beneficia com direito especial de não ser submetida (assim como tantos outros poderosos e burgueses) à justiça “terrena” que castiga os mortais “comuns”, como aconteceu com as milhares de mulheres perseguidas em Mato Grosso do Sul acusadas de praticar aborto, algumas punidas com a sentença de trabalho involuntário em creches, para “aprender o valor da maternidade”.

Afirma-se aos quatro ventos que o Estado é laico. Mas a realidade e os acordos do Estado brasileiro com a Igreja Católica diz todo o contrário e a Igreja segue impondo sua moral sobre a vida de milhões de pessoas. Sob o governo Lula, esta reacionária instituição não só fica mais rica a cada dia às custas da fé e do trabalho alheio, como com a concordata Brasil-Vaticano assinada em novembro de 2008, lhe é concedido por direito ensinar sua religião nas escolas públicas.

Enquanto as mulheres são perseguidas pela “justiça” e seguem condenadas à morte diante da clandestinidade do aborto, os padres e bispos pedófilos não só gozam da impunidade diante da pedofilia e homofobia, como têm privilégios cedidos pelo estado brasileiro através desse Acordo Brasil-Vaticano, como incentivos fiscais (como se já não fossem poucas suas riquezas, propriedades, etc.) e direitos trabalhistas para os sacerdotes que vivem na riqueza, abundância e conforto às custas do trabalho alheio. E o papa Bento XVI, diante dessa crise internacional da Santa Sé, declara em sua visita a Portugal que, aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo são uma ameaça “insidiosa” à sociedade e ao “bem comum”. Diante dos inúmeros assassinatos de travestis no estado do Rio de Janeiro e toda a violência física, psicológica, que sofrem os

homossexuais, essa declaração deveria ser, no mínimo, criminosa. Além disso representantes do Vaticano atribuíram diretamente a culpa dos casos de pedofilia à homossexualidade, incitando, desta forma, seus fiéis a atribuírem aos homossexuais a culpa pelos abusos de crianças cometidos por integrantes da Igreja.

Plano Nacional de Direitos Humanos: demagogia lulista em ano eleitoral

Foi alardeado na mídia o “escandaloso” III Plano Nacional de Direitos Humanos, nos primeiros meses de 2010, cujo texto não passava de “apoios” a Projetos de Lei (PL). Ainda que, diante do atual cenário retrógrado no tocante aos direitos democráticos das mulheres e LGBT, alguns setores do movimento feminista e de direitos humanos pudessem pensar que fosse um avanço, não passara de uma brevíssima demagogia em pleno ano eleitoral, quando justamente a candidata à sucessão de Lula é Dilma Rousseff, mulher e ex-guerrilheira.

O PNDH-3 que movimentos feministas reivindicam na íntegra e sem as alterações, se tratava de apoios a Projetos de Lei que descriminalizaria o aborto, apoiaria um PL que concederia direitos iguais de matrimônio e adoção a casais homoafetivos e que investigasse os torturadores da ditadura militar. Não podemos nos contentar com um Plano que não passava de uma “intenção”, aliás rapidamente retrocedida por Lula e seu ministro Paulo Vanucci. Além disso, o texto do PNDH-3, reformulado mês passado, diz que irá investigar torturadores e torturados, a fim de buscar a “verdade”, mas evidentemente que não buscará a “justiça” aos que resistiram ao golpe de Estado, pois muitos mandantes dos crimes de tortura... seguem compondo a estrutura dessa “democracia” burguesa em que vivemos. E a Igreja, incitando a homofobia para seguir impune, condenando o uso de camisinha e ensinando sua moral e ideologia nas escolas para nossas filhas e filhos.

A carta debaixo da manga: “Estatuto do Nascituro”

No dia 19 de maio (quase concomitante à reformulação do PNDH), deputados votavam o “Estatuto do Nascituro” na Comissão de Seguridade Social, de autoria do ex-petista, Luis Bassuma (PV) e Miguel Martini (PHS), Projeto de Lei nº478 apresentado em 2007, com relatoria de Solange Almeida (PMDB). O projeto, que ficou conhecido como “Bolsa Estupro”, na verdade é um projeto inédito que confere direitos ao óvulo fecundado, diante do qual estaria proibida até a ingestão da conhecida “pílula do dia se-

guinte” (Postinor-2). É que, para não causar ‘alvorço’ propondo a alteração do Código Penal (1940) que diz que o procedimento de aborto é permitido em caso de estupro ou risco de vida à mãe, resolveram conferir direitos ao óvulo fecundando e ao embrião, que denominam nascituro, para assim tentar impor a idéia anticientífica e, portanto, religiosa, que a vida do ser humano começaria na fecundação. E desta forma, para não alterar o Código Penal, propõem uma pensão às mulheres violentadas sexualmente para que não realizem um procedimento de aborto ou interrupção da gravidez.

Esses deputados fundamentalistas, buscam com esse PL fazer um apelo de serem em “defesa da vida” impondo-se sobre a vida de milhões de mulheres que, caso aprovado, não poderão decidir sequer tomar a pílula do dia seguinte. O direito da mulher decidir ser ou não ser mãe, é sobreposto pelo direito conferido ao embrião.

Estima-se que mais de um milhão de abortos sejam realizados todos os anos no Brasil. Como as estatísticas referem-se aos dados da rede pública, infere-se que seja muito superior. A mortalidade materna em nosso país tem como primeira causa em vários estados, o aborto. A maioria das mulheres que morrem, são as pobres e negras. As mulheres fazem, muitas morrem, ninguém fala, quando se fala é com medo, fala baixinho, com medo do julgamento, da repressão moral e até penal. Mulheres são algemadas às macas, mutiladas, perseguidas e torturadas. E querem avançar ainda mais sobre os nossos corpos, sobre o direito elementar das mulheres decidirem quando, como e com quem ter filhos. Cabe a nós, mulheres do Movimento Mulheres da Conlutas, travar uma intensa luta para conquistar nosso direito à vida e nosso direito de decidir!

Punição de todos os padres e bispos pedófilos e abusadores!

Abaixo a homofobia do Vaticano!

Anulação imediata do Acordo Brasil-Vaticano assinado por Lula em 2008!

Contra o Ensino religioso nas escolas! Precisamos de uma educação sexual obrigatória em todos os níveis da educação primária e secundária respeitando a diversidade sexual! Pelo direito ao livre exercício da sexualidade! Contra a homofobia!

Por direitos iguais de matrimônio e adoção a casais homoafetivos!

Contra a violência sexual! Não queremos bolsa-estudo! Pelo arquivamento imediato da PL 478/07!

Queremos educação sexual para decidir; contraceptivos gratuitos para não abortar; aborto legal, livre, seguro e gratuito para não morrer!

AS MULHERES DE PÉ, EM LUTA! PORQUE NOSSO DIREITO À VIDA NÃO SE MENDIGA, SE CONQUISTA!

Viva a luta da classe trabalhadora grega!

Na Grécia as trabalhadoras e trabalhadores se encontram submetidos a um grande rebaixamento do nível de vida, onde seus direitos sociais básicos estão sendo ameaçados. A crise recai duplamente nas costas das mulheres: para além de empregos precários e terceirizações, o direito de licença à maternidade está colocado em xeque e o aumento da carga de dupla jornada de trabalho tende a aumentar, visto a desestruturação da educação, da saúde e dos serviços públicos. E a classe trabalhadora saiu em greve geral novamente com centenas de milhares de pessoas exigindo o não pagamento da dívida externa, o rechaço de todo plano de privatizações e a ruptura com os organismos internacionais, como o FMI e a União Européia. Devemos olhar para a Grécia, com os olhos de quem aprendeu e hoje sabe que somente com a nossa ação organizada podemos fazer com que a crise seja paga pelos capitalistas!

Fernanda Peluci, trabalhadora da educação do município de SP, delegada do Pão e Rosas pelo SIMPEEM ao Congresso da Conlutas e do CONCLAT

“Lutar contra a precarização exigindo a efetivação dos professores temporários e trabalhadores terceirizados”

Ficamos 30 dias em greve lutando contra a precarização do trabalho e os ataques do governo Serra à educação pública, implementados também por Lula a nível federal, como a divisão de nossa categoria, contratos temporários, provinhas absurdas, falta de condições de trabalho e ensino... A direção de nosso sindicato (Articulação/PT) só tinha um objetivo com a greve: desgastar o Serra e fazer campanha para Dilma, e para isso boicotou qualquer possibilidade de auto-organização dos professores para que a base tomasse os rumos da greve. E infelizmente, a Oposição se adaptou a esta lógica e também não impulsionou nenhuma alternativa programática e organizativa a(o)s professores/as. Precisamos nos organizar independente da burocracia do sindicato para lutar pelos nossos direitos

e levantar em nossas bandeiras os direitos das mulheres trabalhadoras, que compõem 80% de nossa categoria. Para nos fortalecermos, precisamos estar unidos entre professores/as, estudantes e funcionários/as e exigir uma educação pública e de qualidade, assim como lutar contra a precarização exigindo a efetivação dos/as professores/as temporários/as e trabalhadores/as terceirizados/as das escolas públicas municipais e estaduais!

Rita Frau, professora da rede estadual SP, integrante do Pão e Rosas Campinas e do Movimento Classe contra Classe

Viva a greve na Unicastelo!

Desde o dia 12 de maio, professores e funcionários da Unicastelo estão em greve devido ao não pagamento dos salários do mês de abril e inúmeros débitos trabalhistas atrasados como 1/3 de férias, 13º salário, depósito de FGTS. A reitoria até o momento não apresentou nenhuma proposta de negociação e vem pressionando os funcionários a voltarem a trabalhar. Um brutal ataque aos direitos dos trabalhadores e total descaso com a educação, aliás, características essas que fazem parte do caráter da universidade privada onde a finalidade primeira é o lucro dos empresários, às custas dos alunos, filhos da classe trabalhadora, que pagam altos valores de mensalidade, e da super exploração de professores e funcionários. Nós, estudantes da Unicastelo, nos posicionamos totalmente a favor da greve, repudiamos a reitoria repressora, exigimos da mantenedora o imediato pagamento dos salários e débitos trabalhistas atrasados e nenhuma punição aos grevistas!

Camila Loures, estudante de Pedagogia da Unicastelo e militante do Pão e Rosas

Na Fundação Santo André: lutando por um bandejão, contra as demissões e pela efetivação das terceirizadas

Aqui na FSA os estudantes começaram a se organizar

em defesa das trabalhadoras terceirizadas da cantina, submetidas a meses sem receber salários além de assédios morais dos mais escandalosos. Mantivemos a cantina fechada por duas semanas e realizamos uma festa protesto que foi proibida pela reitoria, exigindo a criação de um bandejão subsidiado pela FSA com preços acessíveis. Essa mesma reitoria, que recebe altos salários, demitiu no último mês 30 funcionários efetivos. Dentre as terceirizadas da cantina, 4 foram demitidas por perseguição política. Seguimos em luta exigindo a readmissão de todos demitidos e a efetivação de todos terceirizad@s. Porque “a terceirização escraviza, humilha e divide”!

Mara Onijá, estudante de Ciências Sociais da FSA, militante do Pão e Rosas e integrante da chapa para o Diretório Acadêmico “Desafiando a miséria do possível”

Pelo direito de livre exercício da sexualidade!

O acordo Brasil-Vaticano assinado pelo governo Lula no final de 2008 oficializa à Igreja católica uma série de privilégios como benefícios fiscais, direitos trabalhistas aos sacerdotes, interferência no planejamento urbano, e ensino religioso nas escolas públicas intensificando a opressão contra as mulheres e a violência contra homossexuais. A posição homofóbica da Igreja, que também coloca a mulher como mero objeto de reprodução, acaba por legitimar tais atitudes quando justifica os casos de pedofilia como frutos da homossexualidade. É preciso que nós mulheres exijamos o fim desse acordo e o fim de benefícios fiscais à Igreja! Contra o Ensino religioso nas escolas! Precisamos de uma educação sexual obrigatória em todos os níveis da educação básica respeitando a diversidade sexual!

Elenir Carvalho, estudante de Letras, e Laís Silva, estudante de Ciências Sociais (UNESP Araraquara).

Com a palavra, as trabalhadoras da USP em greve

Na USP, desde o dia 05 de maio, os trabalhadores paralisaram suas atividades, mesmo frente à ameaça do reitor Grandino Rodas que anunciou previamente o corte de ponto dos dias parados e uma multa ao Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP) de mil reais por dia pela realização de piquetes. Como mulheres classistas, estamos com as trabalhadoras e trabalhadores das universidades estaduais paulistas pelo direito de greve, por suas demandas econômicas, pela retirada de todos os processos contra os lutadores e pela readmissão de Claudionor Brandão, demitido por perseguição política e por defender as trabalhadoras terceirizadas.

"As mulheres precisam de sindicatos para a luta de classes"

Por Diana Assunção, trabalhadora da Faculdade de Educação e delegada do comando de greve

Vimos ao Encontro de Mulheres em meio a uma importante greve. Reivindicamos a luta pelo reestabelecimento da isonomia salarial, e por um conjunto de reivindicações que vão no sentido de se contrapor ao projeto tucano de universidade, lutando por uma universidade a serviço dos trabalhadores e do povo pobre, pois o que está em jogo não é somente o nosso salário, mas a universidade do futuro. Enquanto mulheres trabalhadoras, desde a importante greve de 2009, que chegou a 57 dias de combate com o governo, nos organizamos para reivindicar os nossos direitos e para contribuir trazendo mais mulheres para a luta, que por diversos motivos de opressão, acabam não se colocando de forma ativa. Foi por isso que votamos, em nosso último Congresso, a formação da Secretaria de Mulheres do SINTUSP, que vem buscando romper com todas as amarras que impedem as mulheres de estarem na luta, pois acreditamos que as mulheres precisam se organizar para lutar contra as desigualdades socialmente construídas nas sociedades de classes, e que tomam um contorno ainda mais

cruel num capitalismo em meio à crise. Mas o mais importante de nossa Secretaria é que esta faz parte de um Sindicato verdadeiramente combativo, que tem protagonizado as mais importantes lutas dos últimos anos, se colocando na linha de frente do enfrentamento com o governo, buscando a aliança com amplas camadas da população, de estudantes e intelectuais, furando o cerco da mídia reacionária para que a classe trabalhadora possa se expressar nacionalmente, e se utilizando dos combativos métodos da classe trabalhadora (greves, piquetes, ocupações) para arrancar nossos direitos. Esses são apenas alguns exemplos da diferença que faz para nós mulheres organizar-nos como parte de um Sindicato combativo e que se prepare para a luta de classes, e é neste sentido que nós do Pão e Rosas ao lado das companheiras independentes estamos atuando nesta luta! Viva a greve das estaduais paulistas! Viva a luta da mulher trabalhadora!

Trabalhadoras da Creche da USP em greve: Em defesa do direito de greve, pela isonomia salarial entre os trabalhadores e por uma educação transformadora!

Por Nany Figueiredo, trabalhadora da Creche Oeste e delegada do comando de greve

Uma longa trajetória de luta marca a existência das creches na Universidade de São Paulo. Graças às lutas e reivindicações de muitas mulheres, as creches instituíram-se não apenas como uma necessidade da mãe trabalhadora, mas hoje ela é a representação concreta do direito das crianças a um espaço de educação e cuidado, onde lhes sejam propiciadas experiências significativas que lhes permitam desenvolver todas as suas potencialidades.

Se a própria origem e história das creches é marcada pela luta de mulheres trabalhadoras que corajosamente levantaram a voz reivindicando o seu direito e o direito dos seus filhos, em uma luta que se iniciou na década de 60/70 e continuou até a década de 80, quando então se consolidaram, é a luta de mulheres trabalhadoras que continua garantindo a sua existência

e a sua qualidade.

Em 2010, as professoras das creches, em sua maioria aderiram à greve. Lutam com o restante da classe trabalhadora, pelo restabelecimento da isonomia salarial, por uma universidade que respeite a diversidade de pensamentos, tão salutares à democracia. Apesar da pressão que muitas vezes sofrem para não interromperem o atendimento, essas companheiras saíram em defesa da democracia.

Defender os direitos da classe trabalhadora que constrói a riqueza nesse país, exercer o seu direito constitucional de greve, sob pena de ser estigmatizado e criminalizado, como ultimamente se nota em diversos segmentos, é ter a coragem de lutar pela igualdade em um país de diferenças intoleráveis. E é isso que vejo essas trabalhadoras das creches fazerem.

Avante companheiras trabalhadoras das creches! Falemos! Brademos! Lutemos pela construção de uma nova organização da sociedade que elimine os enormes fossos sociais que existem entre as classes, apontando os caminhos para uma sociedade de indivíduos iguais. Indivíduos que contribuam para a melhoria do mundo. Que lutem pelo fim das diferenças intoleráveis e se coloquem na defesa de uma nova organização social

em que de fato, todos os indivíduos sejam iguais.

A luta pelo SUS 100% estatal, é de fundamental importância entre a classe trabalhadora e a população*

Por Dinizete Xavier, trabalhadora do Centro de Saúde Escola Butantã e delegada do comando de greve

Há muitos anos se desenvolve a luta por um sistema de

saúde universal, igualitário mantido pelo governo em todas as esferas, municipal, estadual e federal. Por força da luta com a derrubada da ditadura foi introduzido na constituição o SUS. Os governos foram modificando aos poucos a constituição como fez o governo Collor com a reforma do estado que foi alterando o SUS e aos poucos privatizando, o que ocorre até hoje como entregar equipamentos de saúde para as empresas de saúde privadas como fez Serra e como está fazendo Kassab no município de São Paulo e o PT em Osasco etc.

No ABC, o PT criou a fundação estatal de direito privado para administrar a saúde, fazendo maior propaganda dizendo que esse é o melhor sistema e não as OSS do PSDB. Porém nada muda, pois o governo repassa a verba para administrarem como um setor privado e com cumprimento de metas, ou seja, atender mais com menor qualidade. Em nenhuma dessas políticas de saúde de qualquer um desses governos atuais não vemos proteção e empenho com a saúde das mulheres e nem um programa que atenda toda especificidade como um bom acompanhamento no pré-natal das mulheres negras que morrem de parto por eclampsia (pressão alta) mais freqüente no povo negro. Programa de tratamento e prevenção para que não nasça mais crianças com anemia falciforme ou se nascer que tenham acompanhamento por inteiro e freqüente.

Além disso, somos contra a privatização da saúde e toda essa política que esses governos defendem são a privatização e benefício dos especuladores da saúde privada. Contra tudo isso nós mulheres defendemos o SUS 100% estatal, saúde pública e de qualidade a todas e todos sem distinção, parem de passar a verba da saúde para banqueiros, SUS controlado pelos trabalhadores(as) e população.

*Leia o texto na íntegra em nosso blog.

Saudação da agrupação Pan y Rosas da Argentina ao II Encontro de Mulheres da Conlutas*

(..) Queremos lhes dizer que vimos seguindo dia-a-dia a importante luta das trabalhadoras e trabalhadores da Universidade de São Paulo (USP) em defesa de seu direito à greve e de todas suas reivindicações, e que estamos orgulhosas de poder fazer chegar estas palavras a todas nossas companheiras brasileiras que lutam por seus direitos como trabalhadoras e como mulheres.

Na Argentina, vimos lutando junto das trabalhadoras das grandes multinacionais da alimentação, como Kraft, Pepsico e Arcor que se enfrentam com a burocracia sindical e protagonizam o que as patronais, os grandes meios de comunicação e o governo chamam "o novo sindicalismo de base". Porque as trabalhadoras também começam a se colocar de pé em nosso país por seus direitos. (...)

Sabemos que nossas irmãs brasileiras também sofrem a ilegalidade do aborto, a violência, a prostituição e a precarização do trabalho. Mas não somente na Argentina e no Brasil, em toda a América Latina nós mulheres padecemos da exploração e da opressão que os capitalistas e o imperialismo nos impõem. No Haiti, estão nossas companheiras haitianas resistindo aos planos de miséria e exploração que os Estados Unidos com as tropas enviadas por governos como o do Brasil, Argentina e outros presidentes latino-americanos, impõem sobre o povo do Haiti.

As trabalhadoras argentinas junto com as brasileiras podemos nos constituir em uma poderosa força social, não somente para impor nossos direitos mais elementares como mulheres, mas também para lutar junto com nossos irmãos de classe para acabar com toda a exploração, opressão e submissão de nossos povos ao imperialismo.

É hora de que nos coloquemos de pé, porque os direitos não se mendigam, se conquistam!

Agrupação de Mulheres Pan y Rosas – Argentina

www.panyrosas.org.ar

* Leia na íntegra em nosso blog

Para entrar em contato envie um email:

paoerosasbr@gmail.com

EXPEDIENTE

Editora responsável: Mara Onijá

Redação e edição: Clarissa Menezes

Diagramação: Ana Tossato

Contribuíram nesta edição: Camila Loures, Diana Assunção, Dinizete Xavier, Elenir Carvalho, Fernanda Pellucci, Laís Silva, Nany Figueiredo, Rita Frau.